

PAZ E CONFLITO ENTRE SALAZAR E O VATICANO

João Miguel Almeida

Salazar e o Vaticano tem como fio condutor as relações diplomáticas entre o regime fundado pelo ditador de fé católica e o Estado pontifício. O livro adapta uma dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde o autor se licenciou em História. A versão do texto impresso foi escrita durante a preparação de um doutoramento em Segurança Internacional no King's College em Londres. Esta evolução académica reflecte os interesses do historiador e as perspectivas metodológicas da obra que reúnem dois campos de investigação nem sempre coincidentes – o das relações internacionais e o da história.

As relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano são pensadas a partir de três pressupostos: a integração de ambos os estados no sistema internacional; a ponderação, seguindo correntes neoliberais e construtivistas das teorias de relações internacionais, da política interna na elaboração do conceito de interesse nacional e de uma percepção do sistema internacional; o papel pessoal de Salazar na definição da política externa, compreensível a partir de uma postura de *Realpolitik*. Os conflitos entre Salazar e o Vaticano são apreendidos através dos conceitos de «caso», uma situação que revela confronto

de pontos de vista e estratégias entre as duas entidades, e «crise», um período curto de tensão crescente, sentida como uma ameaça de ruptura.

A investigação arquivística teve de ultrapassar o obstáculo de as fontes do Arquivo Secreto do Vaticano só se encontrarem acessíveis até 1922. O investigador recorreu ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Arquivo Salazar dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Foram consultados os espólios de Teixeira de Sampaio, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e do embaixador António de

BRUNO CARDOSO REIS

Salazar e o Vaticano

Lisboa,
Instituto de Ciências Sociais,
2006, 351 páginas



Faria, para o período entre 1961-1968. O autor realizou entrevistas e recorreu a fontes impressas produzidas pela Igreja Católica. Apesar de o estado de acessibilidade das fontes ser muito desigual entre 1928, quando Salazar chega ao Governo, e 1968, quando cessa de exercer funções públicas, Cardoso Reis conseguiu escrever um discurso coerente, que sustenta uma interpretação global das relações entre o ditador português e o Vaticano.

RAZÕES DE ESTADO E DIPLOMACIA

Uma das teses fundamentais do autor é que a relação diplomática do regime salazarista com o Vaticano assenta numa convergência de interesses entre os dois estados até 1945. Convergência que é anterior à própria fundação do Estado Novo: desde 1914, ambos «procuravam inverter uma posição frágil no campo internacional» e «queriam que os velhos equilíbrios se mantivessem, com pequenos ajustamentos» (p. 335).

A partir do desfecho da II Guerra Mundial, verifica-se uma divergência entre os dois estados, pois o Vaticano aposta no reforço das suas posições internacionais, quer «prever, influenciar e acompanhar» (p. 335) a descolonização, o multilateralismo, a abertura aos países comunista do Leste conhecida por *détente* ou *Ostpolitik*.

Ou seja, esta análise secundariza o papel da ideologia e da cooperação entre o regime de Salazar e a Igreja Católica num projecto de cristianização de Portugal na construção das relações diplomáticas com o Vaticano. Pelo contrário, Valentim Alexandre, em livro recentemente publicado¹, considera que a ideologia desempenha um

papel relevante na definição da política externa do Estado Novo. E vê no essencial dessa ideologia o catolicismo integrista, o qual configura uma «utopia conservadora». Embora não trate especificamente das relações diplomáticas entre Salazar e o Vaticano, observa que o Estado Novo é, nos anos de 1930, o regime que «melhor se conforma ao modelo que o Vaticano toma então como referência de raiz neotomista»². Como o livro de Cardoso Reis adapta uma dissertação de mestrado escrita antes da publicação de *O Roubo das Almas*, não se posiciona face às teses de Valentim Alexandre.

Em *Salazar e o Vaticano*, o autor dedica um capítulo inteiro ao complexo processo de negociação da Concordata. Quer Portugal quer o Estado pontifício vêem no acordo concordatário uma oportunidade de estabelecer uma relação estável e pacífica. As relações diplomáticas em análise entre 1929 e 1937 são condicionadas por esta expectativa. O período de 1937 a 1943 é marcado pelas difíceis negociações que levam à assinatura da Concordata em 1940 e à implementação do Acordo Missionário três anos depois. Para Cardoso Reis, Salazar defende com intransigência três pontos fundamentais: manter o regime de separação, recusar indemnizações pelas expropriações de 1911 e garantir que os católicos não se poderiam organizar politicamente contra o regime. O presidente do Conselho alcançou todos os objectivos que tinha por inegociáveis, cedendo no reconhecimento da indissolubilidade do casamento católico e na obrigatoriedade do ensino de Religião e Moral na escola pública, excepto em caso de isenção reque-

rida pelos pais. Além disso, consegue fazer vingar a interpretação política do Acordo Missionário como um aval espiritual da Santa Sé ao colonialismo português.

PAZ E CONFLITO

A convergência de interesses entre o Estado português e o Vaticano, até ao segundo pós-guerra, não implica coincidência total de posições. Cardoso Reis observa que, durante a Guerra Civil de Espanha, Salazar apoia claramente Franco enquanto a Santa Sé recusa comprometer-se com o caudilho espanhol. Durante a II Guerra Mundial a aliança britânica permanece um dos eixos da política externa do Estado Novo e a diplomacia vaticana aproxima-se dos Estados Unidos.

Além destes matizes geoestratégicos, a questão do Padroado Português do Oriente torna-se um caso que dá origem a diversas crises. Em finais de 1925, a nomeação, pelo ministro das Colónias, do cónego Manuel Anaquim, vigário-geral do patriarcado, para bispo de Damão, despoleta uma crise diplomática. O Vaticano recusa-se a elevar o cónego a bispo, considerando a medida do Governo português uma forma de coacção do Papa no sentido de reconhecer o Padroado. A crise é resolvida com o acordo sobre o Padroado assinado com a Santa Sé a 15 de Abril de 1928. Após a independência da Índia, em 1947, a questão do Padroado do Oriente volta à ordem do dia. Em 1953 dá-se a crise final, quando o Vaticano eleva o arcebispo de Bombaim a cardeal, rejeitando a pretensão idêntica do Governo português de também ser feito cardeal monsenhor Costa Nunes, arcebispo de Goa. A Índia assume que a dio-

cese de Goa deve limitar-se ao território português. O Estado Novo vê nos acontecimentos a vontade do Papado de deslocar o centro católico de Goa para Bombaim. O embaixador Nosolini junto do Vaticano é chamado a Lisboa para consultas.

A mais célebre crise entre o regime salazarista e a Igreja Católica é desencadeada pelo bispo do Porto, no *pro memoria* enviado ao presidente do Conselho após as eleições de Humberto Delgado em 1958. A forma de distensão do conflito também se conhece: no ano seguinte, D. António Ferreira Gomes parte para um exílio que durará dez anos. Cardoso Reis, além de contar com pormenor o enredo, compara a «crise» do bispo do Porto com o «caso» de D. Sebastião de Resende, atribuindo a diferente atitude de Salazar em relação a ambos os prelados ao facto de o primeiro fazer uma crítica global ao regime, pondo em causa o corporativismo de Estado e a impossibilidade de os católicos se organizarem politicamente fora da União Nacional. O bispo da Beira intervém como a «consciência crítica da política ultramarina portuguesa», confrontando o discurso oficial com a ausência de uma verdadeira igualdade de direitos e deveres entre portugueses de origem europeia e os indígenas. Salazar veta a elevação de D. Sebastião de Resende a arcebispo de Lourenço Marques e a PIDE suspende o *Diário de Moçambique*, mas a gestão do conflito evita a ruptura verificada com o bispo do Porto. A actuação da diplomacia vaticana em relação a Salazar e a D. António Ferreira Gomes é analisada a partir do pressuposto de que João XXIII segue uma estratégia global de afastamento do clero da política.

Quando Paulo VI sucede a João XXIII, Salazar reforça a sua desconfiança em relação ao Vaticano, pois vê o novo Papa como um terceiro-mundista e anticolonialista. A visita de Paulo VI a Bombaim, em 1964, origina uma crise que ambas as partes se esforçam por conter. A visita do Papa a Fátima, em 1967, permite «amenizar» as relações entre o Governo de Lisboa e o Vaticano, mais por causa do aproveitamento político que o regime consegue fazer da visita do que devido a uma mudança nas intenções de Paulo VI.

SALAZAR HERDEIRO DE AFONSO COSTA?

Nas conclusões da sua análise, o autor reflecte sobre o tipo de relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica. Esta temática suscitou uma controvérsia historiográfica entre Fernando Rosas, o qual define a atitude de Salazar como de «neo-regalismo», e Manuel Braga da Cruz, preferindo a expressão «catolaico» para caracterizar a actuação do Estado Novo em relação à Igreja Católica e distingui-lo do Estado confessional de Franco. Cardoso Reis considera que Salazar foi um «catolaico» por ter defendido uma separação entre Igreja e Estado, assim como uma separação entre crenças privadas e acção pública. E que foi um «regalista

prático», no sentido em que agiu acima de tudo como nacionalista e estadista. Estamos perante uma posição «salomónica»? Não, pois Cardoso Reis afasta-se de ambos os investigadores citados ao valorizar as continuidades entre a I República e o Estado Novo.

Salazar é visto como assumindo a herança republicana de separação entre Estado e Igreja. Distingue-se, nas suas motivações e convicções, de Afonso Costa, mas age em continuidade com a inflexão nas relações com o Vaticano operada por Sidónio Pais, em 1918, a qual não volta a ser quebrada durante a Nova República Velha: «[...] impunha-se a autocensura à Igreja em tudo o que fossem questões políticas sensíveis. É um exemplo perfeito dos limites da disposição conciliadora do sidonismo. É este espírito de regalismo soft, de confiança na autocensura eclesial, mas de medidas repressivas, se isso falhar, que vamos encontrar em Salazar.»³

Em suma, o livro de Bruno Cardoso Reis oferece matéria para reanimar o debate académico sobre temas tão diversos e interligados como a relação entre políticas interna e externa no século XX português, o papel da ideologia e da religião na definição de relações de poder e a transição da I República para o Estado Novo. **Rei**

NOTAS

¹ ALEXANDRE, Valentim – *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos [1930-1939]*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

² *Ibidem*, p. 407.

³ REIS, Bruno Cardoso – *Salazar e o Vaticano*, p. 28.